



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

TERMO

DE ANÁLISE E JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 667/2020/KAPPA/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0028.300402/2020-55

OBJETO: Aquisição de Veículo Aéreo não Tripulado - DRONE E ACESSÓRIOS, visando atender a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – **SEDAM**.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através da Pregoeira, designado(a) por meio da **Portaria Nº 131/2020/SUPEL-GAB publicada no DOE do dia 05.11.2020**, em atenção à intenção de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa **HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MAN.DE EQUIP. DE INFO. LTDA. – EPP e MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, com base no Princípio da Vinculação ao Edital, da Legalidade e demais princípios que regem a Administração Pública e na legislação pertinente, passa a analisar e decidir o que adiante segue.

1. DA ADMISSIBILIDADE

A empresa **HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – EPP, CNPJ: 24.802.687/0001-47**, manifestou sua intenção de recurso em momento oportuno, contra as habilitações ocorridas neste Pregão Eletrônico, **para o item 01 e 02**. Assim como a empresa **MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI, CNPJ 34.802.325/0001-00**, manifestou sua intenção de recurso **somente para o item 02**.

Assim, à luz do Artigo 4º, incisos XVIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e Artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, o(a) Pregoeiro(a) recebe e conhece a intenção interposta, sendo considerada TEMPESTIVA e encaminhada POR MEIO ADEQUADO.

2. DAS RAZÕES DO RECURSO:

a) **HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – EPP**

Segue a manifestação da empresa (0018759903) **para o item 01 e 02**, o qual será exposta de forma sucinta abaixo:

“Motivo Intenção: Manifestamos a intenção de recorrer, contra a nossa desclassificação, tendo em vista que não existe qualquer impedimento de licitar a esta Empresa. Consta no sicaf OCORRENCIA

IMPEDITIVA INDIRETA que relaciona um ex-sócio há outra empresa que se encontra impedida. Além disso, conforme orientações do próprio comprasnet, tal ocorrência não é motivo para desclassificação sumaria e sim para avaliação da CPL se houve alguma ação ilegal da empresa, fato que não ocorreu..”

[...]Feito isso, foi constatado então que a referida ocorrência era resultado do fato de que o ex-sócio administrador da ora recorrente (HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – EPP), o senhor Sérgio Luiz Nardes Mendes, estava vinculado como dirigente da pessoa jurídica 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMATICA LTDA, a qual se encontra penalizada com impedimento do direito de licitar e contratar com o Estado do Espírito Santo até a data de 22/10/2021. Frise-se ainda que o impedimento se limita ao âmbito do Estado do Espírito Santo, o que não impede a participação em licitações de outros entes da federação, inclusive o Estado de Rondônia.[...]

[...]Imperioso salientar o fato de que o Sr. Sérgio Luiz Nardes Mendes, só integrou os quadros sociais da empresa HS Comércio, Locação e Manutenção de Equipamentos de Informática Ltda. – EPP até a data de 27/01/2017, quando deixou de ser sócio desta, conforme faz prova a Segunda Alteração do Contrato Social em anexo ao final desse recurso (documento enviado por e-mail para visualização). Dessa forma fica cabalmente comprovado que a empresa HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – EPP não possui mais qualquer vínculo com o Sr. Sérgio Luiz Nardes Mendes.[...]

[...]Entretanto, frise-se que a constância desse tipo de ocorrência decorre do implemento, por parte do Ministério da Economia (antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), de funcionalidade no sistema do SICAF que visa, tão somente, gerar alerta ao gestor público em razão do cruzamento de dados de CNPJ e CPF de pessoas jurídicas e físicas, no sentido de chamar a atenção da existência de eventual participação simultânea de sócio(s) em quadros sociais de pessoas jurídicas diversas onde em pelo menos contra uma delas conste registro de aplicação de penalidade de inidoneidade ou impedimento do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, isto para evitar tentativas de fraudes ao cumprimento de penalidades administrativas.[...]

[...]Para tanto, como já dito acima, é indispensável que, em situações como a do presente caso, os gestores públicos condutores de certames licitatórios façam uma investigação no sentido de se saber se a constituição da pessoa jurídica licitante sobre a qual paira o alerta, realmente se deu com o escopo de burlar os efeitos da penalidade aplicada à outra empresa que possui em seu quadro social sócio(s) ou cônjuge(s) de sócio(s) da pessoa jurídica sobre a qual recai o alerta retromencionado.[...]

[...]Tal investigação deve apurar elementos concretos ligados às condições de constituição da pessoa jurídica, o início da sua relação com os sócios da pessoa jurídica penalizada, a atividade econômica desenvolvida por ambas; a composição do quadro social, a identidade dos sócios, compartilhamento de estrutura física ou de pessoal e tudo mais que se faça necessário à correta apuração da situação.[...]

[...] III. DOS PEDIDOS Ante o exposto, demonstrada a total ausência de tentativa de fraude ligada à Ocorrência Impeditiva Indireta que consta no SICAF da recorrente, esta vem perante V.Exa. requerer que receba o presente recurso em seus legais efeitos e, no mérito: a) com fulcro no permissivo das Súmulas 346 e 473 do STF c/c o Art. 53 da Lei nº 9.784/90, reveja de ofício o ato que desclassificou e inabilitou indevidamente a proposta da recorrente, revogando-o e retornando o certame à fase imediatamente anterior ao malfadado ato; ou b) caso V.Sa. entenda por não revogar o ato nos termos requeridos acima, que seja então o presente recurso encaminhado ao conhecimento e apreciação da Autoridade Superior, a quem desde já requer-se o provimento do presente recurso no sentido de revogar a desclassificação/inabilitação da recorrente e determinar o retorno do certame à fase imediatamente anterior a este ato, com o normal seguimento das demais fases do certame. [...]

b) MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI

Segue a manifestação da empresa (0018760123) **para o item 02**, o qual será exposta de forma sucinta abaixo:

[...]De acordo com nossa intenção de recuso, para os itens 01 e 02 está sendo licitado o mesmo produto, sendo a cota de ampla participação e cota de participação exclusiva ME/EPP respectivamente, conforme Edital e conforme troca de mensagens via sistema Comprasnet. Descrição breve retirada do Termo de Referência do Edital:

“Item 01 - AMPLA 75% - Kit Drone Homologado Anatel...”

“Item 02 - EXCLUSIVA 25% ME/EPP - Kit Drone Homologado Anatel...” T

roca de mensagens via sistema Comprasnet, confirmando a unificação de valores, em total acordo com o item 10.1.1 do Edital: "Pregoeiro 29/04/2021 12:48:54 Para MAIORCA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EIRELI - Senhor licitante, sua empresa é a classificada em primeiro lugar para os itens 1, 2, 4 e 5. Lembrando que o item 2 é cota do item 1. Ainda, os itens 4 e 5 estão com valores acima do estimado, e caso não sejam negociados será cumprido com o disposto no item 10.1.1 do edital.

Analizamos o processo e constatamos que houve algum equívoco no momento em que o processo fora enviado para análise técnica, pois, existe no Edital a tabela “3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO”, onde os itens não estão numerados conforme o “ANEXO III DO EDITAL – QUADRO DE ESTIMATIVA”.

[...]

Concluimos que este foi o motivo de nossa desclassificação, que conforme comprovamos foi equivocada, pois, atendemos plenamente ao Edital e Termo de Referência, com a oferta de um produto contendo as características exigidas.

Diante ao exposto, requer-se seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a inconsistência da recusa de nossa proposta, com o rigor da Lei, admita-se o reconhecimento dos argumentos e fatos demonstrados e comprovados, revertendo a recusa de nossa proposta, para que seja aceita e habilitada. Se diferente que seja encaminhado o presente Recurso à Autoridade Competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento.

3. DAS CONTRARRAZÕES:

A empresa **MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI**, CNPJ 34.802.325/0001-00, anexou sua contrarrazão (0018760009) par ao item 01 e 02 constante nos autos do processo, vejamos:

[...]Conforme análise e acompanhamento ao andamento do processo licitatório, observamos desatendimento em relação a documentação de habilitação apresentada pela empresa HS COMERCIO, LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA. O Edital é claro quanto aos documentos exigidos para a habilitação das licitantes, e em relação a item “13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA”, a empresa HS COMERCIO, LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA, não atende a exigência, pois, não apresentou atestados de capacidade técnica comprovando o fornecimento de Drones, observem o item 13.8.3: “13.8.3. Mas optamos pela fixação de quantitativo de no mínimo nesses atestados superior a 30% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos.[...]

[...] Ante o exposto, requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que a empresa HS COMERCIO, LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA seja inabilitada, por não comprovar sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado por nossa empresa que atendeu plenamente ao instrumento convocatório. Se diferente que seja encaminhado o presente Recurso à Autoridade Competente para conhecê-lo e, certamente, dar-lhe provimento."

4. DO MÉRITO – DO JULGAMENTO DO RECURSO:

Antes de adentrarmos no julgamento recursal, ressaltamos alguns pontos que versa sobre o cumprimento ao Art. 3º, § 1º, I, II da Lei 8.666/93.

Os trabalhos desta licitação foram conduzidos em estrita conformidade com os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos e, não menos relevantes, os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da eficiência e do formalismo e qualquer alegação contrária não passam de sofismas, lançados com o objetivo apenas de tumultuar o Certame licitatório, o que deve ser rechaçado.

Todos os procedimentos realizados foram praticados com total transparência, legalidade e seriedade, como todos os demais já coordenados por esta SUPEL.

As análises proferidas neste certame foram realizadas com absoluta imparcialidade, objetivo e legalidade, mediante as informações nos documentos apresentados e anexados aos autos, resguardando a Comissão, bem como a Administração, de quaisquer falhas na condução deste, o qual tem a participação ativa e constante dos Órgãos fiscalizadores, tais como Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público.

Cumpre-nos ressaltar ainda que, a lei conferiu à Administração, na fase interna do procedimento, a prerrogativa de fixação das condições a serem estabelecidas no instrumento convocatório, seguindo critérios de conveniência e oportunidade de acordo com o objeto a ser licitado e sempre balizado pelo interesse público e normas cogentes.

Do mesmo modo, é dever da Administração zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas, a fim de que não reste qualquer prejuízo à consecução do objeto contratado e, tampouco, restem feridos os direitos dos demais licitantes, de acordo com os princípios da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Dito isso, após criteriosa análise do recurso interposto pela recorrente passamos ao Julgamento.

1. A empresa **HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. – EPP**, não aceita a sua inabilitação em detrimento a um impedimento indireto de licitar constante no SICAF. Informo que foram feitas diligência no Contrato Social, documento este disponíveis no SICAF.

Por meio do acórdão n.º 2.218/2011 – Primeira Câmara, o TCU entendeu que:

" Presume-se fraude quando a sociedade que procura participar de certame licitatório possui objeto social similar e, cumulativamente, ao menos um sócio-controlador e/ou sócio-gerente em comum com a entidade apenada com as sanções de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, previstas no inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93."

Em diligência ao SICAF () verificou-se o seguinte impedimento para a empresa **3D Produções** :

Ocorrência do vínculo 1: **3D Produções**

Tipo da Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - **Lei nº 10.520/02, art. 7º**

UASG Sancionadora: 925021 - SEC. DE EST. DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS

Âmbito da Sanção: Estado

Prazo Inicial: 22/10/2020 - **Prazo Final:** 22/10/2021

Vejamos o que diz o Edital em seu subitem 5.4.4:

"5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

[...]

5.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção; conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;"

Vejamos o que diz a Lei 10.520/2002, Art. 07:

"Lei nº 10.520/2002

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios** e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."

No entanto, o TCU, no âmbito do Acórdão 2.530/2015 – Plenário, buscou apaziguar tal questão ao tratar de temas referentes à abrangência e à aplicabilidade das diversas sanções relacionadas a licitações e contratos administrativos.

Segundo o entendimento o TCU, as sanções incidentes nas infrações cometidas em licitações e contratos administrativos previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos incisos III e IV da nº Lei 8.666/1993 possuem graus de aplicação distintos e podem ser ordenadas de acordo com sua rigidez:

Neste íterim, a sanção de impedimento de licitar e contratar do art. 7º da Lei do Pregão "produz efeitos não apenas no âmbito do órgão/entidade aplicador da penalidade, mas em toda a esfera do respectivo ente federativo (União ou estado ou município ou Distrito Federal), conforme

Jurisprudência do TCU, Acórdão: 2081/2014 – Plenário.

No entanto o ponto chave, é se estende ou não o impedimento de licitar da **3D PRODUÇÕES** a empresa **HS COMÉRCIO** participante do Pregão Eletrônico 44/2021.

No âmbito do acórdão 1.831/2014, o Tribunal, apreciando o caso concreto, avaliou da seguinte forma a questão, três características fundamentais permitem configurar a ocorrência de abuso da personalidade jurídica neste caso:

- a) a completa identidade dos sócios-proprietários;
- b) a atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) a transferência integral do acervo técnico e humano.

Sobre a completa identidade dos sócio-proprietário, não se vislumbrou nos documentos o Sr. Sérgio Luiz Nardes Mendes ou qualquer outro sócio que vincule as duas empresas, no entanto ao analisar o balanço patrimonial das duas empresa verificou-se que ambas constam o mesmo endereço, bem como o mesmo contador. Vale ressaltar que no o impedimento indireto teve início no dia 22/10/2020 e a empresa **HS COMERCIO** fez a alteração no documento no dia 05/11/2020 registrando em cartório dia 02/03/2021.

Contudo quanto a atuação no mesmo ramo de atividade, verificou-se que ambas possuem o mesmo ramo de atividade conforme registrado no diligência (0019291643 e 0019333204).

Noutro ponto, a empresa **MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI**, em sua **contrarrazão** acrescenta que a empresa **HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA** não anexou no Sistema Comprasnet atestado de capacidade técnica, conforme solicitado no subitem 13.8.1, inciso II, e 13.8.2, vejamos:

"13.8.1. Os licitantes interessados, deverão apresentar atestado de capacidade técnica, nos termos da Orientação Técnica n. 001/2017/GAB/SUPEL, alterada pela Orientação Técnica n. 002/2017, a ser definido no Edital de Licitação após a cotação de Preços.

II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente materiais compatíveis em características; [...]

[...]

13.8.3. Mas optamos pela fixação de quantitativo de no mínimo nesses atestados superior a 30% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos.

Informamos que a empresa HS COMERCIO anexou atestados de capacidade técnica no sistema Comprasnet, conforme consta nos autos do processo (0019293398).

Por fim, salientamos que a intenção recursal da recorrente não merece prosperar, por ter impedimento indireto de licitar. Contudo solicitamos a esta procuradoria a análise dos fatos, permanecendo assim a inabilitação da empresa HS COMÉRCIO, não obstante procedemos à decisão.

2. A empresa **MAIORCA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI**, apresentou recurso para o item 02, o que manifestou em sua peça o erro material quanto a sua habilitação, visto que o item 02 é cota do item 01.

Conforme Despacho SUPEL_GAP (0015693883), quanto a aplicação de reserva de cota para ME/EPP, em obediência ao previsto no Art. 8º do **Decreto Estadual nº 21.675/2017**.

Conforme Edital (0017255284) no Anexo III- Quadro de Estimativa, o qual consta idêntico ao registrado no Sistema Comprasnet, após a aplicação da cota.

Conforme Proposta apresentada pela empresa **MAIORCA COMÉRCIO (0017753252)** o qual a apresentou o mesmo modelo e marca para o item 01 e 02.

Conforme Parecer 13(0017976025) "Os modelos ofertados atendem os requisitos do Termo de Referência do Edital", para o item 01, logo atende o item 02 por ser tratar do mesmo objeto.

Por fim, salientamos esta Pregoeira dá provimento a empresa **MAIORCA COMÉRCIO** , visto se trata de erro material.

5. DA DECISÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a Pregoeira, consubstanciada pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, opina pelo recebimento do pedido ora formulado, considerando-o **tempestivo**, e no mérito, analisou as questões pontualmente, para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, julgando-o **IMPROCEDENTE** o recurso da empresa **HS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E MANUT. DE EQUIP. DE INFOR. LTDA. – EPP**, mantendo a sua inabilitação decisão exarada na Ata do **Pregão Eletrônico nº 667/2020/KAPPA/SUPEL/RO** do dia 27/05/2021. Noutro ponto julgando **PROCEDENTE** o recurso da empresa **MAIORCA COMÉRCIO** para que se cumpra a habilitação para o item 02.

Por fim, submetemos a presente decisão à análise e apreciação do Senhor Superintendente Estadual de Compras e Licitações.

Porto Velho, 16 de julho de 2021

IZAURA TAUFMANN FERREIRA

Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/ROD



do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0019203602** e o código CRC **B57BCC0E**.

Referência: Caso responda este(a) Termo, indicar expressamente o Processo nº 0028.300402/2020-55

SEI nº 0019203602